



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO AUDITOR JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- LO/LV



Processo nº: 20.044/08
Apenso nº: 080.002.468/06
Origem: Secretaria de Estado de Educação
Assunto: Admissão de Pessoal
MP: Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Órgão Técnico: 4ª ICE
Sessão: Pauta nº 63, S.O. nº 4204, de 25.9.2008
Publicação: DODF nº 188, de 22.9.2008
Ementa: Exame da legalidade, para fins de registro, das contratações temporárias de professores efetuadas pela Secretaria de Estado de Educação, no ano letivo de 2006. A Instrução sugere a legalidade das admissões que especifica. O Ministério Público opina pela realização de diligência. MATÉRIA VENCIDA. Legalidade das admissões.

RELATÓRIO

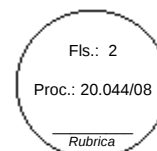
Cuidam os autos do exame das contratações temporárias de professores pela Secretaria de Estado de Educação, em decorrência do Processo Seletivo Simplificado regido pela Portaria nº 390, publicada no DODF de 16.12.2005, bem como pelo Edital nº 4, publicado no DODF de 30.12.05. As admissões foram analisadas pelo Tribunal no Processo nº 2.087/06.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

2. A Instrução, após atento exame dos documentos remetidos pela jurisdicionada por meio do Processo nº 080.002.468/06, sugere que o Tribunal considere legais, para fins de registro, as admissões que especifica às fls. 12/14.

MANIFESTAÇÃO MINISTÉRIO PÚBLICO

3. O Ministério Público manifestou-se nos autos, por meio do



Parecer nº 1.167/08 (fls. 17/18), da lavra da Procuradora-Geral CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, que, divergindo da Instrução, opinou pela realização de diligência, nos termos seguintes:

“No Processo nº 28976/06, acerca da “Auditoria realizada na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal para verificação dos critérios e formas de preenchimento de vagas por professores temporários para o exercício de 2006”, restou confirmado o preenchimento de carências definitivas por contratações temporárias, mesmo em casos de existência de concursados aguardando nomeação. Ora, o “TAC” (na verdade, um termo de acordo homologado judicialmente) celebrado com MPDFT nos autos da Ação Civil Pública nº 2004.01.1.090944-2 preconizava o seguinte¹

[...]

III) não será admitida a celebração de contrato de professor temporário para o ensino especial, salvo aqueles decorrentes de carências surgidas ao longo do ano letivo, que deverão ser eliminadas no ano seguinte, cabendo à Secretaria de Educação promover regularmente cursos de capacitação para o ensino especial dentre os professores efetivos do quadro;

IV) não será admitida a contratação temporária para formação de novas turmas, devendo as vagas ser supridas por professores efetivos ou novos professores concursados, salvo a hipótese de ausência de candidatos aprovados com formação em disciplinas específicas;

V) a contratação de professores temporários para suprimimento de carências definitivas só será possível mediante comprovação da inexistência de candidatos aprovados em concurso público aguardando nomeação para a disciplina ou da impossibilidade de realização imediata de concurso público para preenchimento das vagas;

[...]

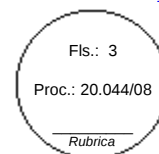
Nesse ponto, o MPC/DF mais uma vez irá rememorar os antecedentes de análises dessas questões no TCDF.

Duas posições foram implementadas na Corte:

Em um primeiro momento se falou:

as discussões em tese quanto à legitimidade das contratações temporárias, no âmbito deste Tribunal, devem ter lugar quando do exame dos editais que regulam o processo seletivo, nos autos próprios, antecedendo as contratações, ou em autos inerentes a representações com vistas à aplicação da penalidade aos

¹ Excerto extraído da Informação constante do Processo nº 38602/06



responsáveis pelas eventuais irregularidades constatadas, ou, ATÉ MESMO, À SUSPENSÃO TEMPESTIVA DO CERTAME. (grifei)

Era de se esperar, assim, que, quando fosse analisado então Edital (por exemplo, no. 4/05, Processo nº. 2087/06), discussão sobre a irregularidade fosse feita, mas não foi isso o que ocorreu:

Considerar irregulares os atos normativos em exame e, prematuramente, os respectivos atos admissionais, nesta fase processual, equivaleria a desconsiderar a Decisão nº 4.585/2006, que determinou a imediata realização de auditoria na Secretaria de Estado de Educação para apurar os fatos relativos ao certame.

Se alguma irregularidade na execução desse certame vier a ser constatada nos autos da auditoria em andamento, seja por desídia, número de contratações excessivo, em face da preterição de concursados ou desvio de professores para outros órgãos ou atividades, isso, certamente, não contamina todo o processo seletivo e os atos admissionais decorrentes, devendo-se responsabilizar apenas os dirigentes responsáveis, sujeitando-os às penalidades previstas na Lei Complementar nº 01/94. (...)

Verifico, então, que o Edital nº 04/2005 e demais normativos que regulam a realização do processo seletivo em apreciação acham-se formalmente corretos, não contemplando quaisquer irregularidades, como, aliás, atestou o órgão instrutivo. (grifei)

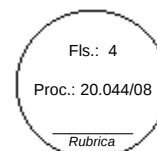
A pergunta que não insistia em calar era: em que momento o TCDF iria analisar as tais admissões em face do não atendimento ao comando do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, mandando anular o ato e responsabilizando o gestor (art. 37, § 1º)?

Válido lembrar que o Processo nº 28976/06 mereceu decisão no dia 01.07.2008 (3876/08), para determinar audiência dos responsáveis, em face das contratações temporárias ocorridas no ano de 2006, em detrimento de concursados.

Recentemente, ainda, no dia 08.07.2008, foi proferida decisão nos autos nº 5242/05, no sentido de solicitar a audiência dos responsáveis por terem realizado, no ano de 2005, contratações temporárias de professores que excederam a quantidade autorizada pelo Poder Judiciário no ACP nº 2004.01.1.090944-2.

Digno de relevo, ainda, que o TJDF, em 15.07.2008, declarou inconstitucional a contratação temporária, nos termos da notícia abaixo¹

¹ Notícia veiculada no site do MPDFT.



MPDFT obtém decisão que restringe contratações temporárias sem concurso público

15/7/2008 - O Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em sessão realizada hoje, julgou inconstitucionais os incisos III, IV, V, VII e VIII do artigo 2º da Lei distrital 1.169/96. Estes dispositivos estabelecem hipóteses de contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Os dispositivos impugnados na ação, ajuizada pelo MPDFT em 2004, previam a contratação temporária em casos como o de substituição de professores, de execução de serviço de profissional de notória especialização, de suporte técnico ou administrativo em órgãos carentes de pessoal, de execução de serviços essenciais na área de saúde ou de substituição de ocupantes da Carreira de Assistência à Educação.

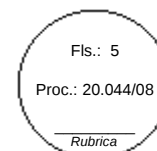
Na ação, o Ministério Público sustentou que somente é admissível a contratação temporária sem concurso público em situações que fogem à normalidade administrativa, e não para a execução de atividades rotineiras, permanentes e previsíveis. Apontou-se, ainda, que a criação artificial de casos de contratação de pessoal por tempo determinado, em vez de realização de concurso público para o provimento de cargos efetivos vagos na administração pública local, permitia a violação do princípio constitucional do concurso público, expresso na Lei Orgânica do Distrito Federal.

Algumas das hipóteses de contratação previstas na Lei distrital 1.169/96 reproduziam disposições da Lei distrital 418/93, que anteriormente tratava da matéria e que foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) pelos mesmos motivos.

Isto posto, para evitar repetições inúteis, o MPC/DF reafirma pareceres precedentes no mesmo sentido, e, dessa forma, lamenta-se divergir do Corpo Técnico, para reiterar o procedimento sugerido.

Nesse sentido, o MPC/DF opina pelo retorno dos autos à Origem, para que aponte, em 30 dias, dentre as contratações ocorridas, quais foram para carências definitivas, e entre essas, quando foi a realização do último concurso, se haviam concursados aguardando nomeação ou, se, caso contrário, em quanto tempo não há concurso para o preenchimento necessário desses claros funcionais."

É o Relatório.



PROPOSTA DE DECISÃO

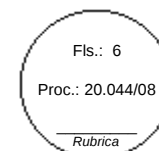
4. O posicionamento do Ministério Público acerca das admissões temporárias de professores expresso nestes autos, não tem sido aceito pela Corte, constituindo-se, portanto, em matéria vencida, como fazem prova as Decisões nºs 4.566/08-CMA, exarada no Processo nº 35.020/07, e 1.833/08-CMV (vencido o Conselheiro RENATO RAINHA), proferida no Processo nº 6.555/08.

Assim sendo, dissentindo do Ministério Público e acolhendo as proposições da Instrução, PROPONHO que o Tribunal:

I. tome conhecimento da documentação objeto do Processo nº 080.002.468/06 – Volume II, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal;

II. considere legais, para fins de registro, as seguintes contratações temporárias de professores, ocorridas no ano letivo de 2006, objeto da Portaria nº 390, publicada no DODF de 16.12.05, e do Edital nº 4, publicado no DODF de 30.12.05, em cumprimento ao inciso III do art. 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal:

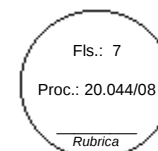
Adão Batista de Araújo, Adealdo Martins Moura, Ádima Domingues da Rosa, Adma Moreira dos Anjos Alaíde Fernandes da Silva, Aldenio Bispo da Silva, Aldo Ferreira Sampaio, Alessandra Gonçalves de Almeida, Alexandre Severo da Cruz, Alexsandro Bernardo Ferreira, Altair Alves Viana Rocha, Alvany Aleixo da Silva, Ana Flávia da Silva Borges, Ana Maria Dias de Oliveira, Ana Paula Pereira, Anderson Tomé de Souza, André Luiz Furtado Vasconcelos, Andréa Marta Bispo da Silva, Antônio Djalma Santos, Aparecida Paulino do Nascimento, Astrid Vieira Delmondez, Aurea Carlos Moura da Silva, Ben-Hur Rocha Ribeiro, Carla de Souza Albuquerque, Carlos Anicuense de Paula, Carolina Pacheco de Sá Mosqueira, Celestina Pena Moreira, Célia Rejane Rocha, Cíntia Ribeiro Santos, Clara Fernanda de Almeida Souza, Cláudia Bento dos Santos, Claudia de Almeida Campos, Cláudio Ranier Rocha, Cleide Maria Xavier, Cleusa Cardoso de Sousa, Conceição Maria Lobato Santos, Creusa Gualberto Gabriel, Cristiane de Bortoli Andrade, Cristiano Pacheco de Araújo, Daniela Pereira Magalhães, Dany Max Macedo de Oliveira, David Márcio Silva de Carvalho, Degenilda da Luz Oliveira, Deleusa Machado de Freitas Sousa, Delvanda da Cruz Santarém, Dênia Mara Gonçalves da Silva, Denise de Albuquerque Rodrigues, Denise de Oliveira Graciano, Dioneide



Moreira Machado, Divina Marcos Cardoso, Eduardo Augusto Moraes Silva, Eglante Correia Pinheiro, Elaine Aparecida Gonzaga, Elaine Regina Nery, Elenice Vieira Silva, Eliane Avelar Gomes, Eliane Chaves Almeida, Eliane Lopes Ferreira, Elio Gomes Pereira, Erivan de Sousa Pedrosa, Eva Aparecida Martins da Silva, Fabian Alves Pamplona, Fabiana Nucelina da Silva Paiva, Fátima Aparecida Soares, Feliz Olinda Carvalho Vilanova, Fernanda Ferreira Campos, Fernando André de Silva Costa, Francisca Maria de Abreu, Francisca Perpétua da Silva, Francisca Simone Sales Fernandes Clementino, Francisca Sindarlene Dantas Félix, Francisca Vilani de Oliveira Nunes, Francisco Cleber Ferreira de Araújo, Francisco de Assis de Almeida, Gabriel Dias de Oliveira, Georgélia Cristina da Rocha, Geovânea Cunha Ramos, Geraldo Francisca Rodrigues da Silva, Giszane Aparecida Gontijo, Gorete Pereira Matos, Helenice Aparecida Ribeiro, Helia Maria Siqueira da Silva, Hellen Spíndola de Ataides, Ildenir Barbosa dos Santos, Irani Maria Arnaldo do Nascimento, Isabel Diva Ribeiro de Sousa, Isabel Rodrigues dos Santos, Isabel Rodrigues Tavares Trindade, Ivanete Lopes Batista, Ivani José Fernandes, Ivoneide Madalena Alves de Sousa, Izabel Cristina Malzac dos Santos, Jeane Selma Rêgo Gomes, Jim Marcel Damas Paixão, Joanita Ramos da Mota, João Bosco Granja Pereira de Souza, Jorge Luiz de Carvalho Oliveira, José Carlos Nabhan Ravanelli, José Eloi de Carvalho, José Gomes da Silva Filho, Josélia da Silva Amaral, Josemara de Oliveira Nunes, Karina Coelho Ramos, Karine Barreto, Lazilleide Souza de Deus, Leila Emerick Cabral, Lindalva Bispo Pereira, Luciana Alves de Sousa, Luciana Ribeiro da Costa Dames, Luciano Cardoso da Silva, Luciene Pires das Chagas, Luiz de França Moreira Neto, Luiz Gabriel Neto, Luiza Chaves da Silva, Manoel Tibúrcio dos Santos Neto, Márcia Betânia do Nascimento Farias, Márcio Soares Barbosa, Margareti Simões Lopes Conceição, Maria Altair Parente Lustosa, Maria da Conceição Rodrigues Teixeira da Silva, Maria da Penha Cabral da Silva, Maria das Dores Gomes da Silva Pinto, Maria das Graças de Brito Sousa, Maria de Fátima de Brito Sousa, Maria de Fátima dos Santos, Maria Elena Bertual Consoli, Maria Erisleda de Oliveira Bernardes, Maria Eunice Pontes Ribeiro, Maria Helena Lira de Souza Lima, Maria Ivonilda dos Santos, Maria José Gomes da Cruz, Maria Machado Nunes Santos, Maria Pereira de Deus Silva, Maria Rita Carolina de Jesus, Maria Selma Gomes dos Santos, Marie Zimis Rocha Macedo, Marília Morais Botelho, Marlene Carvalho Sousa, Marli de Souza Pontes Vieira, Marta Gonçalves dos Santos, Mary Vânia Malheiros da Silva, Mateus Machado de Oliveira, Michele de Jesus Teixeira, Mônica Regina Colaço dos Santos, Nadia Regina Antônia da Silva, Nilma Maria Conceição da Silva, Nilzeti Fernandes dos Santos, Patrícia Rejane Veras Maia, Polianna da Silva Santos, Reginalda Leite de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO AUDITOR JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- LO/LV



Lira, Regineide Oliveira Matias, Rejane Pego do Amaral, Reny Solange Miranda, Ricardo Costa Cardoso, Ricardo Willians Ferreira, Rita Rejane Lopes Marinho, Rivalda Cristina Lopes Barbosa, Roberta Mendonça da Cruz, Rogério Rodrigues da Silva, Rosangela Monteiro dos Santos, Rosely Rocha Cardoso Dias, Rosiléia Pego do Amaral, Rozangela Alves Teixeira de Ávila, Rui Carlos Mayer, Sandra José de Castro, Sandra Martins de Lisboa, Sérgio Wilson de Oliveira Rezende, Shirley Adriane Souza Batista, Shisley Alves Moreira de Souza, Sidney Venâncio da Souza, Silvana Maria Mendes Costa, Simone de Almeida Alves de Souza, Simone dos Santos, Solange Marcilio Gomes, Sônia Alessandra Vasconcelos de Paiva, Soraia Pego do Amaral, Tânia Maria Alves Ribeiro, Tânia Maria Ferreira de Sousa, Valdenize Guarino dos Santos de Castro, Valdirene Gomes Correa, Valdivina Pereira do Amaral, Valéria José de Souza, Valquiria Maria Gualberto de Brito de Andrade, Valvina Pereira de Macedo, Vanilda Costa Lopes, Vanilson Alves Rodrigues, Veralucia Caetano de Sousa Moraes, Walquíria Alves de Sousa Camacho, Wilson Pereira da Silva.

III. autorize o arquivamento dos presentes autos e a devolução do processo apenso à origem.

Sala das Sessões, 25 de setembro de 2008.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Auditor – Relator

Distribuição de cópias antecipadas (RI/TCDF, art. 54, II).